



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS**

**Processo nº** 18050.005981/2008-17  
**Recurso nº** Embargos  
**Acórdão nº** 9202-006.294 – 2<sup>a</sup> Turma  
**Sessão de** 12 de dezembro de 2017  
**Matéria** DECADÊNCIA  
**Embargante** BRASKEM S/A E OUTROS  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF**

Exercício: 2003

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACOLHIMENTO**

Devem ser rejeitados os embargos de declaração ao restar evidenciado que o acórdão embargado não padece da contradição apontada, quando o colegiado ao analisar todo o contexto fático e provas, fundamenta suas razões de decidir de forma diversa da interpretação adotado pelo sujeito passivo.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por maioria de votos, em conhecer dos Embargos de Declaração, vencidos os conselheiros Ana Paula Fernandes e Heitor de Souza Lima Júnior, que não conheceram dos embargos e, por unanimidade de votos, em rejeitá-los.

(assinado digitalmente)

Luiz Eduardo de Oliveira Santos - Presidente-Substituto

(assinado digitalmente)

Elaine Cristina Monteiro e Silva Vieira – Relatora

Participaram do presente julgamento os Conselheiros Luiz Eduardo de Oliveira Santos (Presidente em Exercício), Maria Helena Cotta Cardozo, Patricia da Silva, Elaine Cristina Monteiro e Silva Vieira, Ana Paula Fernandes, Heitor de Souza Lima Junior, Ana Cecília Lustosa da Cruz (suplente convocado) e Rita Eliza Reis da Costa Bacchieri.

## Relatório

Trata-se de Embargos de Declaração, às fls. 502/507, opostos pelo Contribuinte com fulcro no art. 65 e seguintes do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - RICARF, aprovado pela Portaria MF nº 343, de 09 de junho de 2015, contra o Acórdão nº **9202-005.170**, de 26/1/2017, fls. 487/496, assim ementado:

*ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS*

*Período de apuração: 01/04/1996 a 31/01/1999*

*CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. DECADÊNCIA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. AUSÊNCIA RECOLHIMENTOS ANTECIPADOS.*

*Constatada a ausência de recolhimento antecipado do tributo, o critério para aplicação da regra decadencial será o previsto no art. 173, I do CTN, mesmo nos casos de lançamento por homologação.*

O resultado encontra-se assim espelhado:

*Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em conhecer do Recurso Especial da Fazenda Nacional e, no mérito, em dar-lhe provimento para afastar a decadência, com retorno dos autos ao colegiado de origem para análise das demais questões postas no recurso voluntário.*

Num relato bem sucinto, foi lavrada contra a contribuinte uma NFLD cobrando crédito tributário relativo às competências 04/1996 a 01/1999; a autuada apresentou impugnação; a DRJ Salvador/BA afastou parte do crédito; a autuada apresentou Recurso Voluntário ao CARF e o Colegiado, por unanimidade de votos, deu provimento ao recurso em face a aplicação da decadência – acórdão 2403-001.101, assim ementado:

*ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS*

*Período de apuração: 01/04/1996 a 31/01/1999*

*PREVIDENCIÁRIO. DECADÊNCIA.*

*Ocorre a decadência com a extinção do direito pela inércia de seu titular, quando sua eficácia foi, de origem, subordinada à condição de seu exercício dentro de um prazo prefixado, e este se esgotou sem que esse exercício tivesse se verificado. Assim, cumpre observar hipótese decadencial face a edição da Súmula Vinculante nº 8 exarada pelo Supremo Tribunal Federal STF e*

---

*da Lei Complementar nº 128 de dezembro de 2008, artigo 13, I,  
“a”.*

*Recurso Voluntário Provido.*

Continuando, a Fazenda Nacional interpôs Recurso Especial com o intuito de afastar integralmente a decadência, basicamente, sob o argumento de que não havendo recolhimento antecipado das contribuições previdenciárias referentes às rubricas lançadas, individualmente consideradas, o prazo decadencial computa-se pelo art. 173, I, do CTN. Tal recurso foi conhecido e provido.

Cientificado da decisão consubstanciada no Acórdão de Recurso Especial – acórdão **9202-005.170** – em 06/04/2017 (Termo de ciência eletrônica à fl. 500), o sujeito passivo opôs Embargos de Declaração (fls. 502/507), com fundamento do art. 65 do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – RICARF.

No intuito de explicitar o conteúdo dos presentes embargos por esse colegiado, transcrevo parte do relatório do Despacho de Admissibilidade de Embargos, de fls. 511/514:

*“Segundo o embargante, são opostos os presentes Embargos de Declaração para que sejam sanadas as contradições havidas entre os fatos trazidos no relatório do acórdão e suas conclusões.*

*(a) Da primeira contradição*

*Destaca que o voto embargado deu provimento ao Recurso Especial da Fazenda ao fundamento de que :*

*- não existem nos autos, provas por parte do sujeito passivo de que a informação de inexistência de recolhimento antecipado da parcela dos segurados, trazida na decisão de primeira instância, não corresponde à realidade;*

*- a aplicação do art. 150, §4º, é possível quando realizado pagamento de contribuições, que em data posterior acabam por ser homologados expressa ou tacitamente;*

*Aponta contradição entre os fundamentos acima e o trecho do relatório, onde ficou atestado que, relativamente à competência janeiro/1999 houve pagamento antecipado.*

*Cita trecho do relatório que constou no voto :*

*"5 — Considerando que o crédito lançado na NFLD 35.790.685-3 foi efetivado cm 20.12 2004, data da cientificação do sujeito passivo, e que as competências lançadas são relativas ao período de abril/1996 a janeiro/1999, e que relativamente à competência Janeiro/99 houve pagamento antecipado, efetuado pela prestadora em epígrafe, conforme cópia, em anexo, da consulta feita ao sistema informatizado da Receita Federal do Brasil, constata-se que as competências supracitadas encontram-se abrangidas pela decadência quinquenal prevista no Código tributário Nacional (CTN)." (grifos do embargante)*

*Explicita que, de acordo com as informações trazidas à efl. 490, ao contrário do que atesta o acórdão embargado, ao menos em relação à competência de 01/1999, existe nos autos, provas por parte do sujeito passivo de que há informação de existência de recolhimento antecipado e, diante desta prova, entende-se que a conclusão do acórdão, para a competência de janeiro de 1999 é que ocorreu a decadência, na medida em que, havendo o pagamento antecipado, os valores poderiam ser verificados somente até janeiro de 2004.*

*(a) Da segunda contradição*

*Neste ponto, o embargante solicita que seja esclarecido a contradição havida entre o trecho do voto no qual discorre sobre a necessidade de aplicação dos termos do REsp 761.908-SC em observância ao art. 62 do RICARF - Regimento Interno do Carf.*

*Sustenta que, o STJ, naquele julgado, fixou tese reconhecendo que, havendo pagamento, mesmo que parcial, de tributo sujeito a lançamento por homologação, a contagem da decadência ocorre a partir do fato gerador.”*

Os Embargos foram admitidos (Despacho CSRF – 2<sup>a</sup> Turma, datado de 29/09/2017 - fls. 511/514), com o encaminhamento à relatora do acórdão ora embargo – eu, Elaine Cristina Monteiro e Silva Vieira – para relatoria e futura inclusão em pauta, para apreciação pelo Colegiado.

É o relatório.

**Voto**

Conselheira Elaine Cristina Monteiro e Silva Vieira - Relatora.

**Pressupostos De Admissibilidade**

Os Embargos de Declaração opostos pelo Contribuinte, inicialmente, atendem aos pressupostos de admissibilidade, conforme Despacho de Exame de Admissibilidade de Embargos de Declaração a fls. 511. Assim, passar a apreciar a questão.

**Da Análise Dos Embargos**

Apenas, para esclarecer, trata-se de Notificação Fiscal de Lançamento de Débito NFLD, nº 5.790.6853, lavrado contra o contribuinte identificado em decorrência da aferição da remuneração da mão de obra contida em notas fiscais/faturas de serviços prestados mediante cessão de mão de obra pela empresa JOINT ASSESSORIA TÉCNICA LTDA à contratante BRASKEM S/A. NO caso, conforme consta do Relatório DAD - fls. 04 a 09, foram lançadas contribuições de segurados, patronais, bem como as destinadas a terceiros.

Contudo, o limite da apreciação do recurso especial do acórdão embargado foi delimitado logo no início do voto. primeiro identificando-se o que a DRJ exclui do lançamento, bem como logo a seguir fazendo referência ao acórdão recorrido, senão vejamos:

Cite-se, de pronto, trecho da decisão de primeira instância que já atribuiu provimento parcial a questão, para que possamos, analisando os termos do acórdão recorrido delimitar o que se pretende reapreciar com o recurso em questão:

*Neste lançamento, conforme acima mencionado, tendo em vista que os fatos geradores da Obrigaçāo Tributária ocorreram nas competências abril de 1996 a janeiro de 1999 e o lançamento se completou em 31 de dezembro de 2004 (fls.01), com a ciēncia do sujeito passivo. Inegável que já estavam alcançados pela decadēncia até a competēcia novembro de 1998; mantendose o valor lançado na competēcia dezembro de 1998 e janeiro de 1999, na rubrica segurado, visto não haver recolhimento para esta, conforme consulta ao sistema informatizado deste órgão, cujas cópias foram acostadas aos autos (fls. 303/304).*

*A empresa prestadora dos serviços (JOINT ASSESSORIA TÉCNICA LTDA) por não ter sido notificada desta NFLD será excluída do lançamento, prosseguindo apenas a empresa contratante dos serviços (BRASKEM S.A.).*

*Consultando o sistema informatizado da Receita Federal do Brasil, constatase que a empresa prestadora dos serviços (JOINT ASSESSORIA TÉCNICA LTDA), no período de 01/01/1997 a 01/11/2000, era optante pelo SIMPLES, conforme consta nos autos (fls. 305).*

*Conforme acima explicitado a empresa optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte • (SIMPLES)*

contribui para a Seguridade Social conforme dispõe no parágrafo, alínea "h", do art. 3º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996 (Contribuição para a Seguridade Social, relativa ao empregado).

Ante o exposto, e considerando tudo o mais que nos autos consta, VOTO pela PROCEDENCIA PARCIAL do Lançamento, mantendo o montante total de R\$ 6.449,43 (seis mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e quarenta e três centavos), isto na data da consolidação do lançamento.

Ou seja, a DRJ já havia excluído do lançamento, pela regra esculpida no artigo 150, §4º as contribuições patronais, fazendo expressa referência no decisum:

*Acordam os membros da 5ª Turma de Julgamento, por unanimidade de votos, declarar decadência com relação às competências abril/1996 a novembro/1998, mantendo o lançamento nas competências dezembro/1998 e janeiro/1999, com relação a cota dos segurados, perfazendo o total de R\$ 6.449,43 (seis mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e quarenta e três centavos) na data da consolidação, nos termos do relatório e do voto da Relatora que passam a integrar o presente julgado.*

Na sequência o acórdão embargado delimitou o julgamento no âmbito da Câmara *a quo*, justamente para identificar o objeto da lide após a parcela remanescente do crédito lançado, vejamos:

Já no acórdão recorrido enfrenta a questão da decadência. porém chegando a conclusão diversa, conforme passamos a apreciar:

[...]É relevante ressaltar que os recolhimentos das contribuições previdenciárias, antes da atual Guia da previdência Social – GPS, eram efetuados mediante as denominadas Guias de Recolhimento da Previdência Social GRPS, vigentes até a edição da Resolução Nº 657, de 17 de dezembro de 1998, que institui a atual GPS.

*Naquelas guias denominadas GRPS, segregados em campos próprios, se informavam os pagamentos que estavam sendo recolhidos bem como a que título, se vinculados aos segurados, às empresas ou para terceiros.*

*Muito embora segregados, tais recolhimentos não representavam “dinheiro carimbado”, permitindo-se assim eventuais remanejamentos/retificações daquelas destinações, até porque os ingressos daqueles valores afluíam de um mesmo contribuinte para o mesmo cofre público.*

*Atualmente, na forma do leiaute das Guias da Previdência Social– GPS, a exceção da rubrica outras entidades, não se vislumbra, de imediato, tampouco de forma mais detida, de modo claro e efetivo, quais os fatos geradores ou quais rubricas estão sendo contemplados com tal pagamento. Eis porque a necessidade de ações e procedimentos fiscais, considerados os prazos decadenciais, para corroborar ou não, de forma expressa os autolançamentos e eventuais recolhimentos produzidos pelos contribuintes.*

*Refratário a chamar de pagamento antecipado os recolhimentos efetuados dentro dos prazos legais, rechaço ainda mais conceber que , também, os pagamentos efetuados fora dos prazos com multa e juros, porém realizados antes da ação fiscal, são distinguidos como tal. A meu juízo, tratase de concepção teratológica.*

*A leitura atenta do artigo 150 do CTN, caput, evidencia que o que o legislador pretendeu exortando o **dever de antecipar o pagamento, antes da ação fiscal** ação essa, ressalte-se, cujo prazo para ocorrer, sem a perda do direito potestativo, se insere no comando quinqüenal do artigo em tela foi conceituar a modalidade de lançamento, neste caso lançamento por homologação, e não condicionar direitos para o reconhecimento de eventual reconhecimento decadência :*

*"Art. 150. **O lançamento por homologação**, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o **dever de antecipar o pagamento** sem prévio exame da autoridade administrativa, operase pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.*

*Por tudo isso, entendo que qualquer possível "recolhimento antecipado" na forma difusa como é procedido atualmente, bem Processo nº 18050.005981/200817 Acórdão n.º 9202005.170 CSRFT2 Fl. 6 9 como no modo como o fora no passado, tem o condão de alcançar qualquer rubrica de modo integral ou parcial.*

*É de se reparar que para os tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o **dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa**, isto é para aqueles sob lançamento por homologação, o legislador foi explícito preceituando que a decadência se observa na forma do artigo 150 § 4º:*

*" Se a lei não fixar prazo a homologação, será ele de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considerase homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação" Assim, conforme registro de fls.10 , considerando o período da ocorrência da infração definido pelas competências 04/1996 a 01/1999, e ainda que a empresa fora notificada em 31/12/2004(fls.01), na forma do artigo 150, § 4º do CTN, diante dos argumentos supra, e em obediência ao previsto no artigo 62A do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, sou de parecer que o crédito lançado conforme a Notificação Fiscal de Lançamento de Débito NFLD em comento encontrase, todo ele, fulminado pelo instituto da decadência.*

*Tal decisão requer reformar o Acórdão a quo para ver alcançadas todas as competências lançadas.*

*Por economia processual, deixo de enfrentar demais alegações.*

Dessa forma, seguiu o acórdão embargado esclarecendo que a interpretação do acórdão recorrido não se mostrava a mais acertada, conforme identificamos da leitura sistemática de todo o acórdão embargado. Dessa forma, passo a reproduzir os fundamentos do acórdão para rebater qualquer argumentação de contradição do acórdão:

*Ou seja, entendeu o relator do acórdão recorrido que qualquer recolhimento seria apto a atrair a tese do art. 150, §4º, agregado ao fato que nas atuais GPS, não existe segregação dos campos.*

Contudo, não me filio a essa tese quando, não existem nos autos, provas por parte do sujeito passivo de que a informação de inexistência de recolhimento antecipado da parcela dos segurados, trazida na decisão de primeira instância, não corresponde a realidade.

*No caso, a aplicação do art. 150, § 4º, é possível quando realizado pagamento de contribuições, que em data posterior acabam por ser homologados expressa ou tacitamente.*

Todavia, não podemos perder de vista que em relação ao critério da decadência, para os tributos sujeitos a lançamento por homologação, devemos aplicar o REsp 761.908 SC em observância ao art. 62 do RICARF Regimento Interno do Carf.

*Dessa forma, entendo pertinente as colocações da ilustre procuradora, que destacou, em trecho do próprio relatório fiscal, que inexistiam recolhimentos para o período objeto do lançamento. Dessa forma, inexistindo recolhimento antecipado, a decadência deve ser operada a luz do art. 173, I do CTN, razão pela qual procedentes suas alegações.*

*Conforme descrito acima, o julgador da DRJ foi específico em acatar a decadência parcial, exceto para as contribuições dos segurados nas competências 12/1998 e 01/1999, dessa forma, entendo não existir respaldo para a tese aplicada pelo relator do acórdão recorrido, razão pela qual dou provimento ao recurso da Fazenda Nacional.*

*Note-se, que o instituto da responsabilidade solidária na cessão de mão de obra, admite ao fisco, a escolha de qual responsável para adimplir a dívida, mas essa escolha, no meu entender, não dá direito a escolher momentos distintos para o lançamento. No presente caso, a decisão da DRJ já havia afastado a prestadora do lançamento, posto que, quando da formalização da NFLD a mesma não foi cientificada da autuação.*

*Assim, o ponto relevante é: como deve ser aplicada a decadência em relação ao casos de responsabilidade solidária por cessão de mão de obra?*

*Embora tenha me manifestado em outras oportunidade no colegiado a quo acerca da questão em sentido diverso, entendo que a responsabilidade solidária trata de um débito único, recolhimento de contribuições previdenciárias sobre os serviços prestados pela prestadora JOINT ASSESSORIA TÉCNICA LTDA para a tomadora BRASKEN.*

Nesse sentido, entendo que a argumentação da PGFN merece guarida, já que, em sede de contrarrazões, insiste a recorrida em argumentar a aplicabilidade do art. 150, §4º, sendo irrelevante a existência do pagamento antecipado, mas em momento algum

consegue rebater a tese de inexistência dos referidos recolhimentos para a contribuição do segurado mantida na decisão da DRJ.

Assim, entendo deva ser dado provimento ao recurso especial da Fazenda Nacional, contudo com retorno dos autos a Câmara baixa para apreciação de outras questões postas no recurso voluntário, fls. 328 e seguintes, que foram relegadas pela decretação da decadência de todo o crédito.

Ou seja, não existe nenhuma contradição no corpo do voto, mas apenas a transcrição no relatório da existência de recolhimentos, fato este apreciado pela DRJ, inclusive para acatar a decadência do contribuição patronal e terceiros. Ademais, fosse apenas o argumento de contradição entre o relatório e o voto, o levantado pelo sujeito passivo, convém esclarecer que a contradição apontada não seria acatada, posto que os embargos devem ser manejados apenas quando identificada contradição entre termos do voto, ou do decisão e do voto, o que não se identifica no presente caso.

Contudo, esse recolhimento citado como indicativo de contraditório, encontra-se delimitado às fls. 300 e 303, mas pode-se observar que não existe recolhimento de "segurados", o que foi a fundamentação para dar provimento ao recurso especial da Fazenda Nacional como acima transcrito.

Dessa forma, não se vislumbra a contradição, muito menos omissão, já que o acórdão recorrido enfrentou as razões pelas quais entendeu que embora existisse recolhimento esse não alcança a contribuição devida pela empresa aos segurados, única matéria em litígio no âmbito do Recurso Especial.

### **CONCLUSÃO**

Face o exposto, voto por CONHECER dos embargos, porém REJEITÁ-LOS face a inexistência das contradições apontadas em sede de Embargos de Declaração.

É como voto.

(assinado digitalmente)

Elaine Cristina Monteiro e Silva Vieira.